



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação da Extração de Granito no Município de São Paulo”, de responsabilidade de EMBU S/A Engenharia e Comércio, (Proc. nº 193/2014), realizada às 17h00 do dia 29 de novembro de 2018, na cidade de São Paulo/SP.**

Realizou-se no dia 29 de novembro de 2018, na cidade de São Paulo, à Rua Ernesto Diogo de Faria, nº 873 - Bairro de Perus/São Paulo, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA – do empreendimento “**Ampliação da Extração de Granito no Município de São Paulo**”, de responsabilidade de **EMBU S/A Engenharia e Comércio, (Proc. nº 193/2014)**. Dando início aos trabalhos a **Secretária-Executiva Substituta, Cecília Martins Pinto**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Eduardo Trani, saudava as autoridades presentes, dava as boas-vindas aos representantes de Órgãos Oficiais, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, dos organismos da Sociedade Civil, do Poder Judiciário, do Ministério Público do Estado de São Paulo, dos Órgãos Públicos, da Polícia Militar Ambiental, de Conselhos Estaduais e Municipais de meio ambiente, das Entidades Ambientalistas, enfim, a todos que compareceram a esta audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação de Exploração de Granito no município de São Paulo de responsabilidade de Embu S.A. Engenharia e Comércio**” (Proc. nº 193/2014). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, criação de unidades de conservação, zoneamento ecológico-econômico, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e em seguida, é feita uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre o empreendimento. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS, da área de influência do empreendimento, que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que apenas assim lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Por fim, no terceiro e último momento da audiência, faculta-se ao empreendedor e equipe responsável pelos estudos técnicos que ofereçam respostas aos questionamentos e comentem as colocações feitas, pelo prazo de até quinze minutos cada um destes. Têm, os representantes do CONSEMA, eventualmente presentes, a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, divididos entre os dois conselheiros que estiverem à



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

mesa. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse naquela hora. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ela, secretária-executiva substituta, por um representante da CETESB, no caso o geógrafo **Fábio Deodato**, gerente do setor de avaliação de empreendimentos industriais, agroindustriais e minerários, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA eventualmente presentes à audiência. Esclareceu que tudo o que aqui for dito será registrado, e no final integrará uma ata que será juntada ao processo. Além disso, informou que qualquer interessado tem cinco dias úteis para encaminhar ou protocolar na Cetesb, por meio de correspondência registrada, qualquer contribuição que queira ver juntada ao processo para ser analisada. Antes de darmos início a primeira parte, quero registrar a presença do vereador de São Paulo, Police Neto. Passou-se a etapa na qual **Marco Antonio de Souza Martins**, superintendente de gestão ambiental da Embu S.A. Engenharia e Comércio discorreu sobre o projeto, apresentou um breve histórico do empreendimento, sua dimensão, organização, etapas de desenvolvimento, objetivos e benefícios. Informou que a pedreira Juruacu é uma das unidades da Embu S.A., uma empresa fundada em mil novecentos e sessenta e três, por brasileiros que com otimismo investem e acreditam no desenvolvimento do nosso país, que gera na faixa de setenta a oitenta empregos diretos com a sua operação, que são oito empresas parceiras, constituindo-se num polo de desenvolvimento sustentável, agregando uma área de três milhões e meio de metros quadrados que tem preservadas as florestas nativas, que somam um milhão e novecentos mil metros quadrados mantido pela iniciativa privada. Em seguida, **Affonso Virgílio Novello Neto**, líder de estudos ambientais da empresa Tetra Tech Sustentabilidade Serviços e Eng<sup>a</sup> Consultiva Ltda., responsável pela elaboração dos estudos ambientais, apresentou rapidamente uma síntese do EIA/RIMA, precisamente dos estudos que foram desenvolvidos e focou principalmente na avaliação dos impactos identificados e nos programas e medidas ambientais para minimizá-los, compensá-los e até mesmo eliminá-los. Foram atendidas todas as leis, resoluções e decretos vinculados aos aspectos de onde esse empreendimento está inserido e principalmente, no processo de licenciamento, foram respeitadas todas as restrições da lei da Mata Atlântica, do Código Florestal, do código de Mineração e do CONAMA Conselho Nacional de Meio Ambiente. Passou-se à segunda etapa em que se manifestam os que se inscreveram para fazer uso da palavra. Pelas entidades da sociedade civil, **Paulinho Rodrigues** do CADES - Conselho de Defesa do Meio Ambiente Sustentável de Perus, que disse terem que verificar a vocação e a história do bairro de Perus, que acompanhando o mapa das desigualdades, lançado esses dias, vê-se que essa região está entre as campeãs da desigualdade porque não respeitou sua vocação, que sobre a reserva legal, a empresa hoje reserva um milhão e setecentos mil metros quadrados para as presentes e futuras gerações e que esse empreendimento não enxerga só a questão econômica, mas sim a questão socioeconômica e ambiental, e que por isso é um projeto que tem o nosso apoio. **Maria Ivone**, do Instituto Reciclando Vidas disse que nosso bairro não tem planejamento e muitas dificuldades, que temos uma parceria com o Instituto Embu, de sete anos, e que realizam alguns trabalhos, como a retirada de pontos de lixo, uma quantidade grande de mudas de árvores nativas foram plantadas em toda a extensão do bairro, curso de artesanato gerando renda para as mulheres, e por isso trabalhamos, arregaçamos as mangas, e por isso exigimos respeito, fomos atrás dos nossos direitos e temos hoje vinte e três pontos para disposição de lixo, temos o Instituto que trabalha com sustentabilidade, plantio, limpeza, ações, mutirão, revitalizações, fizemos praças, escadão, e tenho orgulho do meu bairro e do meu povo e,

Página 2 de 5



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

principalmente, do Instituto Reciclado Vidas. Agradeceu e afirmou apoio ao trabalho da empresa. **Bonfilio Alves Ferreira**, do Instituto Ferrovia Perus Pirapora, pediu para a equipe da Embu colocar a imagem da área de influência indireta do empreendimento no telão para falar rapidamente sobre esse projeto que é muito querido de Perus, a revitalização e a restauração da ferrovia Perus Pirapora; que desde dois mil e doze estava presidente do Instituto de ferrovias que é uma entidade da sociedade civil e que, depois de muitos anos lutar pela preservação inclusive movendo ações na justiça através da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária, acabou obtendo o comodato por cinquenta anos para desenvolver um projeto de transformar essa ferrovia que foi a primeira ferrovia mineradora; que Perus é o bairro mais impactado pela mineração no estado de São Paulo e, especificamente, a Bacia do Juqueri é a bacia hidrográfica historicamente mais impactada pela mineração, e que existe um passivo que precisa ser equacionado, inclusive citou o buraco de Cajamar como resultado da mineração; que para a construção civil e de estradas o uso de brita é necessário e produtivo para a economia; que na área de influência indireta está uma população de um milhão de habitantes, e que a Embu, que é um exemplo de empresa de mineração, seja parceira da comunidade; que a comunidade participe da discussão do plano de desenvolvimento urbano integrado da metrópole que irá para a Assembléia Legislativa; que a grande preocupação é a questão do sistema viário e se colocou a disposição para contribuir, para melhorar e aperfeiçoar o estudo; que se considere a Política Nacional de Resíduos Sólidos de que o gerador precisa contribuir para poder reduzir o impacto da geração de resíduos da construção civil e expôs sua proposta de juntar outras mineradoras e se criar o primeiro Museu de Mineração e a Estação Ferroviária Turística da ferrovia Perus Pirapora. Encerrou parabenizando a empresa. **Williams Fernandes** da ACEDA - Associação Comercial Empresarial Distrito Anhanguera disse que a Embu vai criar em torno de dois mil empregos e que terão espaço suficiente para implantação de novas empresas que trarão novos empregos para o bairro, e que juntando sociedade civil, entidades, associações e câmara municipal se possa fazer com que Perus deixe de ser o último bairro da zona noroeste aonde se jogou todo mundo que não queriam no centro da cidade; que a preocupação é com o adensamento populacional e a especulação imobiliária em prejuízo do meio ambiente . Agradeceu e parabenizou a empresa pelo trabalho e pelo tratamento que tem sido dado à comunidade. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de órgãos públicos, **Reginaldo Lima** representando o secretário de Meio Ambiente do município de Caieiras, disse que o empreendimento Embu mostra a responsabilidade de um grande empreendimento com os impactos locais e regionais, pois irá atingir cidades vizinhas como é o caso de Caieiras; que uma preocupação é com a dificuldade de mobilidade, seja por transporte público ou privado, e propôs que uma das medidas de mitigação desses impactos seja a duplicação do trevo de Perus dentro da Tancredo de Almeida Neves até o trevo de Caieiras em Laranjeiras, o que facilitaria o trânsito local da cidade de Perus e da cidade de Caieiras. Passou-se à manifestação do poder legislativo. **Police Neto**, vereador de São Paulo, que abordou questões essenciais como o desenvolvimento local, a importância que o território tem para a cidade e a importância que a cidade tem para o território, assunto esse que está sendo discutido no Plano Diretor sobre a lei de parcelamento do solo. Disse que quando a gente enxerga a apresentação como é feita hoje pela Embu, não é só sobre o processo de extração, mas sobre a cadeia produtiva que agrega valor ao território. Debater novos empreendimentos que tem um licenciamento responsável com atuação do setor econômico



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

monitorada pelo poder concedente é absolutamente adequado fazê-lo a luz de toda a legislação municipal e que a sociedade de Perus mudou a lei e quer ser exemplo para a cidade, para o Estado e para o Brasil. Finalizou dizendo apoiar o processo de licenciamento que não é simples, mas quanto mais apoio e mais olhos atentos tiverem, com certeza terminarão no caminho certo. Passou-se à terceira e última parte da audiência sobre as respostas e comentários finais. Chamou imediatamente **Marco Antonio de Souza Martins** para ofertar as explicações sobre os questionamentos que lhe foram feitos. Situou Perus na história em que há registros dos Bandeirantes chegando aqui por volta de mil quinhentos e noventa mais ou menos e abrindo minas de ouro, depois vieram as minerações de Feldspato, Caulim, a pedra que inicialmente era explorada para o calçamento do centro da cidade de São Paulo, e depois com essa nova tecnologia, a chegada do concreto, com o asfalto entrando de forma mais firme nas nossas vidas e a produção começou a ser de brita. Em relação à mobilidade, um exemplo que eu posso dar é o da parceria que foi construída na duplicação do trecho da Raimundo Pereira de Magalhães entre a rotatória do Rodoanel até a Fiorelli Peccicacco e que queremos contribuir, unindo forças e criando empreendimentos que possam trazer o desenvolvimento sustentável, contribuindo para transformar Perus num excelente território. **Afonso Virgílio Novello Neto** ressaltou que tentaram atender plenamente o parecer técnico da Cetesb e a intenção destes estudos é melhorar a inserção deste empreendimento de acordo com as suas demandas, com os seus anseios, com as suas dificuldades, com as suas exceções; que com relação ao patrimônio histórico cultural, a estrada de ferro Pirapora é um exemplo dessa preocupação em que o diagnóstico arqueológico integral aprovado pelo IPHAM tem vários detalhes da estrada de ferro Perus Pirapora; que foram realizadas entrevistas com a população, lideranças, instituições e as demandas foram consideradas na proposição de programas que venham melhorar esse empreendimento, de ampliação da Pedreira Juruaçu, onde tentou-se detalhar, adequar e transformar esse processo da forma mais sustentável e adequada às carências e demandas dessa região. A palavra foi concedida ao conselheiro **Paulo Nelson do Rêgo**, representante das entidades ambientalistas no CONSEMA, que disse estar presenciando uma participação popular efetiva dentro dessa audiência pública, em que quase foi unanimidade a manifestação de apoio ao empreendimento, e que esse apoio é fruto de um trabalho sério de se ouvir efetivamente a sociedade, de transformar o licenciamento num momento de reflexão e de criação de programas que possam ser efetivamente implementados e cumpridos; que antes da aprovação do Rodoanel, tivemos a avaliação ambiental estratégica que trouxe uma visão genérica de toda a macro metrópole e foi escolhido justamente o trecho oeste do Rodoanel como um dos polos de desenvolvimento de infraestrutura e de logística; que apresentou no Conselho uma proposta de fazermos um projeto de regulamentação de política reversa de explosivos e embalagens que são usadas em atividades de mineração e que a visão do empreendedor, a visão do ambientalista e a visão do poder público precisam estar muito bem colocadas para que se possa trazer para a sociedade de Perus ganhos ambientais significativos. Passou a palavra ao geógrafo **Fabio Deodato**, gerente do setor de avaliação de empreendimentos Industriais, Agroindustriais e Minerários da CETESB que informou que o EIA-RIMA encontrava-se em análise pela equipe técnica da CETESB, que após a conclusão da análise dessa equipe, será emitido um parecer técnico, para concluir pela viabilidade ou não do empreendimento. Caso o parecer da CETESB conclua pela viabilidade, ele será encaminhado ao CONSEMA que, no âmbito de sua plenária, deliberará sobre a emissão da Licença Prévia, ou não. Observou a propósito que a licença prévia, por regra, condensa uma série de condicionantes cujo atendimento vincula a emissão da licença



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

seguinte, qual seja, a de instalação do empreendimento. O cumprimento de tais determinações, pontuou, é acompanhado de perto pela agência ambiental. Novas exigências são impostas e, ao final, emite-se a licença de operação, ato que coroa o procedimento de licenciamento. A secretária-executiva substituta finalizou dizendo que realmente foi uma audiência muito produtiva e importante, onde foram cumpridas as normas da Deliberação normativa CONSEMA 01/2011 e que em nome do secretário de Estado do Meio Ambiente e presidente do CONSEMA, Eduardo Trani, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a audiência pública. Eu, **Cecília Martins Pinto**, lavrei e assino a presente ata.